

DIRETRIZES DO PLANO DE GOVERNO



Candidato a Governador:

**Comendador
Valclei Queiroz**

**Candidata a Vice-
Governadora:**

**MILENE CRISTIANE DA SILVA
BARRETO**

JULHO – 2.022



RONDÔNIA

“O que faz andar o barco não é a vela enfunada, mas o vento que não se vê...”

Platão

Juntos sempre seremos mais fortes, e, com Deus: invencíveis.

I. APRESENTAÇÃO

I.I. DIRETRIZES GERAIS DO PLANO DE GOVERNO – AGIR 36

Nos termos da legislação eleitoral em vigor, apresentamos as Diretrizes Gerais do Plano de Governo do partido AGIR 36 com Valclei Queiroz e Gerson Szezerbatz para o período compreendido entre 2023 a 2026.

O estado de RONDÔNIA é, sem dúvida, uma unidade da federação da República dotado de riquezas naturais e privilegiado pela natureza, com uma posição geográfica extremamente privilegiada; o povo rondoniense, são como está registrado no seu hino maravilhosos: **“destemidos pioneiros”**.

Quando esse povo é CONVOCADO para realizar uma grande tarefa, demonstra sempre uma capacidade inquestionável e de maneira comparável, dá fabulosos resultados; falamos aqui sobre por exemplo o chamado do Brasil aos seus primeiros pioneiros no ciclo de desbravamentos da década de 1.970 e 1.980 quando tudo começou sob a batuta do Coronel Jorge Teixeira de Oliveira, primeiro governador de Rondônia.

Daquela época para cá muito foi realizado por esse povo digno e muitas vezes mal tratado por questões políticas e por políticos menos preparados para os processos reais de desenvolvimento com a sustentabilidade que o momento dessa década requer.

Assim, em 04 décadas de governo organizado, com a implantação da justiça, dos MP e Defensoria e da Assembléia legislativa e do TCE, vemos um Estado dirigente forte e com bastante arrecadação sobretudo por causa dos últimos 12 anos do agronegócio local; Rondônia anda no azul, mas parece que apenas para os componentes de governos. É preciso investimentos públicos, promover as PPP e abraçar com o povo e as empresas de Rondônia um novo ciclo de prosperidade e bonança que enalteça o princípio do pioneirismo e do progresso.

A incompetência política de muitos, aliada à demagogia de vários políticos, levaram o estado ao fundo do poço em curto prazo, caso não hajam as mudanças necessárias esse ano de 2022 exatamente no mês auspicioso de outubro quando poderemos, pelo condão soberano do voto, trazer ao CPA e a

todas as instâncias do governo do estado, novas mentes, e novos corações; um jeito novo de pensar e de AGIR, eis aqui nossas propostas para que essa década seja realmente produtiva para todos de Rondônia, não apenas para os apaniguados de gestões passageiras.

Essa é a grande verdade. Rumos novos, equipes novas, destemidos pioneiros de verdade, gente do agronegócios, gente das ruas, gente de pensamento empresarial, profissionais liberais, estudiosos, professores, estudantes, empreendedores e empreendedoras de todos os 52 municípios estão conosco nessa EMPREITADA de refazer Rondônia para todos.

Rondônia URGE desde 2019 e 2020 época de pandemia mundial de um novo e de um bom administrador na governança e que goste de trabalhar corretamente, em unidade com as empresas, com os trabalhadores, com os profissionais liberais e com os servidores públicos. Basta de políticos profissionais preguiçosos e cambistas ou malabaristas depreciativos, escondidos em patentes meritorias de alcance pequeno.

O partido AGIR 36 traz aqui seus projetos, seu jeito de pensar e organizar as coisas, as pessoas, os recursos e liderar processos de ESTADO FORTE e com visão de progresso e de desenvolvimento com sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Nossas DIRETRIZES e nossas PROPOSTAS aqui delimitadas trazem em seu bojo, especialmente, a ampla participação de todos os setores da sociedade e do mercado (empresas), através, inclusive, de mecanismos virtuais de participação, por meio de redes sociais, de Conselhos mistos de fiscalização das políticas públicas e dos investimentos do erário em projetos desenhados em breve no PPA – Plano Plurianual de Investimentos.

Na elaboração do presente documento, **definiu-se um rol de princípios fundamentais, que devem estar presentes em todas as diretrizes e nos futuros programas governamentais**, que serão detalhados e apresentados ao longo da nossa campanha rumo ao CPA em Porto Velho (RO).

1. **Descentralização das ações de governo.** O AGIR 36 vai levar as soluções para os diversos problemas nos 52 municípios paraperto de onde eles ocorrem, mediante forte ação estadual, com reconhecimento do papel fundamental dos Municípios, com equipes interdisciplinares nas 10 (dez) microrregiões definidas, utilizando de parcerias formais com as prefeituras, a SEPOG, a SEAGRI, a EMATER, a IDARON, o Banco do POVO, a SEDEC e outros organismos através de equipes determinadas.
2. **Garantir a total simplificação dos processos burocráticos**, dentro das possibilidades de legalidade e da segurança jurídica, reduzir sumamente essas cargas burocráticas para o contribuinte, o usuário das políticas públicas, para as empresas, organizações do terceiro setor e para as prefeituras dos municípios.
3. **Elevar a confiabilidade do povo nos procedimentos de governo**, de forma a tornar menos oneroso e mais ágil todos os processos de produção, transporte, comercialização pelo processo decisório realmente transparente dentro de todas as estruturas do poder executivo no estado.
4. **Eficiência e eficácia com total transparência nas ações macro e micro do poder de governança** na condução diária do orçamento e do financeiro de Rondônia, com boletins mensais divulgados resolver os problemas da população.
5. **Inovação tecnológica**, manutenção do governo digital real, garantindo aos contribuintes do estado celeridade em processos e procedimentos da rotina da administração pública no nível macro, médio e operacional.
6. **Garantia de recursos para a realização de investimentos** públicos e privados nacionais e internacionais para o sistema de transporte rodoviário, fluvial, portos públicos e privados e para a realização de obras que garantam a qualidade dos serviços públicos de saúde, educação, segurança, escoamento da produção e de uma política de desenvolvimento regional alinhado com os

estados do AM, AC, MT e outras unidades da federação.

7. **Realizar** com o poder judiciário e o poder legislativo, MPE DFE e o TCE um **esforço conjunto para sanar os problemas estruturais** de capacitação, remuneração e melhorias das condições de trabalho e da produtividades dos servidores públicos do Estado. **Com isso, certamente poderemos em curto prazo lançar efetivamente:.**

- a) Melhoria progressiva da qualidade e da efetividade dos serviços públicos prestados, em todos os níveis de atenção ao contribuinte.

b) Aprimoramento dos níveis dessa qualidade e dessa efetividade com produtividade e zelo pela coisa pública em todos os níveis de serviços: educação, saúde, segurança, transporte, produção, tecnologias apropriadas, inovação, bioeconomia, empreendedorismo urbano e rural, soberania amazônica e soberania de fronteiras;

c) **Garantia de efetivar o planejamento regional na medida em que o governo esteja alinhado com os outros estados da região sul da Amazônia como AM, AC e MT** com vistas a garantias da produção agropecuárias sustentável, geração de acordos de trânsito de produtos e serviços, redução de barreiras tarifárias e do ICMS, pesar os tributos de forma regional, alavancando negócios dentro e fora do território de RO, pensar em bloco regional e nos resultados de projetos de visão de mercado andino e americano.

d) **Aprimorar o desempenho de todas as cadeias produtivas do agronegócio** em parceria com os organismos do sistema social autônomo, conhecido como sistema SS, com organizações do terceiro setor e com as universidades públicas e privadas, trazendo à luz os vários projetos emanados desses centros para a realidade do mercado.

e) **Conceber um esforço lógico com o mercado** (empresas) promovendo as parcerias PPP para a infraestrutura urbana e rural em todos os 52 municípios.

f) **Preparar com a bancada federal e os prefeitos municipais uma reforma legal para a revisão dos parques estaduais e municipais**, especialmente em áreas que impossibilitam a produção rural, transformando

essas áreas, dentro da legislação federal e estadual para **CONDOMÍNIOS DE PRODUÇÃO AGROFLORESTAL SUSTENTÁVEIS** organizando população interessada em associativismo e cooperativismo para a produção agroecológica sustentável e extrativismo, gerando 30 mil oportunidades de trabalho e renda para famílias com vocação para a agricultura familiar e a pecuária sustentável com as práticas da economia verde, aumentando a produtividade e gerando mais empregos e trabalho no campo e na lavoura.

Nossas Diretrizes e nossos princípios e visão de futuro aqui registradas em nosso Plano de Governo organizam-se em oito áreas, e que, por sua vez, abrangem diversos temas:

1. **Cidadania Ativa**
2. **Economia Verde**
3. **Educação para o trabalho**
4. **Estado Eficiente e Eficaz**
5. **Saúde plena**
6. **Segurança Pública para todos**
7. **Sustentabilidade econômica, ambiental e social**

II. CIDADANIA ATIVA

A grande função dos partidos políticos e suas lideranças é pensar e trabalhar seus planos, projetos e diretrizes para buscar a plena condição de desenvolvimento da sociedade que representam, sendo que a funcionalidade e a efetividade das ações de governo (Estado) certamente depende da participação da sociedade civil organizada, para tanto o **AGIR – 36 acredita que a CIDADANIA ATIVA é um grande pilar.**

Uma das nossas mais claras e fortes Diretrizes é a de buscar permanentemente com a sociedade civil e as empresas (MERCADO) de RONDÔNIA o dialogo e a escuta de problemas e de suas soluções como mecanismo de fortalecimento de nossa liderança rumo a construção de uma nova forma e de novo conceito de **AGIR POLITICAMENTE**; garantindo por essa premissa o reconhecimento e exercício de seus direitos e deveres como pessoa com dignidade, respeito às diferenças e pela melhoria da qualidade de vida de todos os rondonianos e rondonienses.

II.I. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rondônia é um estado diferenciado, mas ainda registra desigualdades sociais e economicas gritantes, emp especial nos municipios que compoem a região norte geografica e a capital (Porto Velho); para correção dessa realidade, nosso PLANO DE DIRETRIZES DE GOVERNO definirá, com a Assembleia legislativa de Rondônia, em parceria e aliança com o terceiro setor organizado, associações, institutos e fundações, no meio urbano e rural, as políticas sociais de enfrentamento real, transformando para melhor a vida de seu povo, com ações de assistência social relevantes e eficazes.

DIRETRIZES:

1. Identificar por meio de DIAGNÓSTICO ESTRUTURADO a cada seis meses as reais necessidades da população e garantir que as famílias acessem

serviços de boa qualidade, com o apoio das prefeituras e das organizações não governo, associações e institutos ligados a ações voluntárias e de caráter publico não governamentais.

2. Estabelecer parcerias com o terceiro setor organizado e com as empresas, especialmente aquelas que recebem incentivos fiscais, com o objetivo de apoiar iniciativas solidárias e esportivas e culturais nas comunidades carentes.

3. Fortalecer o Sistema de Assistência Social de Rondônia, fazendo incluir o atendimento de famílias residentes em locais vulneráveis e estender sua atuação em nível municipal para as zonas: rural e ribeirinhas.

4. Promover uma maior articulação entre os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, os Centros de Referência Especializados em Assistência Social - CREAS, escolas, unidades básicas de saúde, Programa de Saúde da Família - PSF e demais políticas sociais.

5. Articular a constituição da rede assistencial com as entidades do Terceiro Setor Organizado de Rondônia.

6. Estimular a cultura do empreendedorismo junto às comunidades, privilegiando as vocações como o artesanato e a agroindústria de produtos rurais.

7. Construir o Centro de Referência multidisciplinar para as famílias, com atenção especial a integração de atividades com jovens e idosos, na cidade de Porto Velho.

8. Desenvolver em parceria com empresas do agronegócio, industriais e o comercio um programa estadual de erradicação do trabalho infantil.

9. AMPLIAR PARA TODOS OS 52 MUNICIPIOS o programa PROERD.

10. Ampliação do programa de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

II.II. CULTURA

Rondônia tem um caldo denso e muito valioso que traz um destaque regional muito importante: a diversidade cultural, dada aos pioneiros que por aqui aportaram nos últimos 50 ou 60 anos, em especial para o desenvolvimento da ocupação humana estimulada nas décadas de 1970 e 1980. Temos o Brasil inteiro dentro de Rondônia.

DIRETRIZES:

1. Estimular políticas públicas em todos os municípios de maneira a articular uma REDE ESTADUAL DE CULTURA que se articulem em torno dos desafios da formação, manutenção e difusão das atividades culturais, respeitando as diferenças, mas centrado em protagonismo local.

2. Valorizar a cultura, em suas diversas manifestações populares, como valor simbólico e como responsável por parte expressiva da geração, tradição e reverência aos antepassados.

3. Estabelecer em parceria com as prefeituras municipais as políticas culturais que valorizem no local o patrimônio cultural material e imaterial.

4. Criar e promover uma interação entre cultura e educação, que será decisiva no processo de emancipação do jovem rondoniense, que vive numa sociedade multicultural.

5. Criar mecanismos de fortalecer o ensino das Artes no ensino fundamental e médio da rede pública de Rondônia privilegiando o exercício da criatividade e da expansão e profissionalização das linguagens artísticas.

II.III. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Promover, em parceria com as prefeituras municipais onde a vocação agrícola e pecuária de pequenas propriedades seja evidente, o fortalecimento de atividades de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar.

DIRETRIZES:

1. Apoiar os investimentos, criar incentivos à produção da agricultura orgânica como alternativa de renda na agricultura familiar, apoio às inovações tecnológicas, estimulando na EMATER e Na agência IDARON a pesquisas técnicas e científicas direcionadas ao suporte e a extensão para ao menos 20 mil propriedades por cada ano dentro do PPA.

2. Acelerar os processos de regularização fundiária, agilizando os processos de demarcação e garantindo sua proteção física, bem como de apoio aos assentamentos e garantia de oferta das ações das diversas políticas públicas aos seus integrantes, com qualidade e eficiência.

II.IV. ESPORTE E LAZER

O esporte deve ser encarado como um instrumento de formação educacional e de integração social, disseminando as boas práticas de convivência em comunidade e aprimoramento da pessoa humana e de suas relações.

DIRETRIZES:

1. Promover o esporte, aprimorando um maior acesso aos mecanismos de incentivo aos atletas de Rondônia; gerando um diálogo permanente e de cooperação efetiva com as organizações esportivas, os segmentos empresariais apoiadores para a ampliação dos **Jogos Escolares de Rondônia** na capital e outros semelhantes nas microrregiões geograficas como fator integrador de toda a sociedade.

II.V. HABITAÇÃO

Criar, com a parceria da bancada federal e do governo federal do Brasil um **Plano Estadual de Habitação de 10 anos**, com uma proposta concreta, construída com a associação dos prefeitos de Rondônia a **AROM** de integração estadual, para atender o déficit de milhares de domicílios, nos setores urbanos e rurais dos 52 municípios.

DIRETRIZES:

1. Diligenciar junto ao Governo Federal, aproximar da bancada federal e liderar com a AROM a construção de uma proposta do PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO como ação urgente no próximo PPA do governo do estado de Rondônia
2. Garantir a prioridade de investimento federais e estaduais nas áreas de risco.
3. Garantir por lei estadual específica a atenção especial às famílias com mulheres chefe de famílias, bem como o registro do imóvel no nome da mulher.

II.VI. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E NECESSIDADES ESPECIAIS.

No Brasil existem aproximadamente 30 milhões de brasileiros com alguma deficiência; Essa realidade também está nas famílias de RO. Para minimizar essa situação, o governo **AGIR 36** vai efetivar mecanismos de atenção especial dedicada aos direitos de plena cidadania desses nossos irmãos.

DIRETRIZES:

1. Criar em todos os municípios de RO os espaços apropriados para o debate local e estadual sobre as necessidades e aspirações dessas pessoas com deficiência, fortalecendo a concepção de que a questão da deficiência não pode ser confundida com doença; Incentivar a compreensão de cidadania pelas pessoas com deficiência intelectual e múltipla, dando-lhe voz e orientação adequada.

2. Criarem parceria com as organizações sociais do terceiro setor de Rondônia a Coordenadoria Especial de Atenção aos portadores de deficiências específicas e necessidades especiais no âmbito da SESAU.

III. ECONOMIA verde

As demandas econômicas têm um conceito fundamental no desenvolvimento do Estado. Existem debates há mais de 30 anos sobre os conceitos de sustentabilidade ambiental e produção sustentável com vistas a geração de trabalho e renda e a manutenção dos níveis de segurança alimentar no Brasil e no mundo a partir de práticas de produção com respeito ao meio ambiente e as legislações pertinentes.

O partido **AGIR 36** chama isso de economia verde, a produção agropecuária sustentável com práticas limpas e conceitos reais e práticos de produção.

Nesse conceito, observando a malha fundiária de Rondônia, onde temos mais de 110 mil propriedades rurais com capacidade de produção de alimentos para o Brasil e para o mundo, estaremos realizando grande esforço de alinhamento entre as forças produtivas e a legislação nacional, com prioridade aos pequenos empreendedores rurais e aos micro e pequenos empresas, ao agronegócio familiar, às empresas e cooperativas de mineração e todas as oportunidades de geração de riqueza com sustentabilidade, reconhecendo e apoiando no campo e na cidade o seu papel gerador de riquezas, trabalho, empregos e renda, incentivando uma crescente integração do Estado no comércio internacional.

DIRETRIZES:

1. Promover ações estratégicas de promoção da economia verde de RO com os outros estados da região – Acre, Amazonas e Mato Grosso (fronteiras de produção) como modernização, compatível com a dinâmica do sistema econômico regional.

2. Buscar junto ao Governo Federal a concretização da SAÍDA PARA O

PACÍFICO, abrindo novos horizontes econômicos para o Estado.

3. Alinhar propostas descritas nos PPA dos estados do Acre e do Mato Grosso e Amazonas privilegiando propostas de crescimento regional para os produtos e negócios de Rondônia com seus parceiros regionais.

4. Criar no âmbito da **Secretaria de Estado da Produção Agroindustrial e regularização fundiária e Urbana** – o governo AGIR 36 fará a unificação das secretarias que hoje estão separadas, para dar maior agilidade ao trato com os empresários urbanos e rurais e promover ações efetivas juntamente com essa classe para a geração de oportunidades de renda, emprego e trabalho, bem como de ampliação da cultura do empreendedorismo rural e urbano – PROGRAMAS DE BIOECONOMIA e de Agroindustrialização dos produtos da agropecuária sustentável de Rondônia.

III.I. DESBUROCRATIZAÇÃO – SIMPLIFICAÇÃO DE PROCESSOS

O governo do AGIR 36 falará e trabalhará todos os dias com o objetivo primaz de simplificar a vida das pessoas – trabalhadores, empresários, donas de casa, organizações, contribuintes, produtores rurais, industriais, comerciantes, e todos os atores econômicos e sociais. Criar e efetivar condições de uma relação de todos com o governo do estado com a mínima burocracia que a legislação puder determinar, porque acreditamos que uma vida mais simples significa gastar menos tempo para atender às necessidades de cada um, visto que tempo é um ativo econômico e social muito caro para que seja desperdiçado.

III.II. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A principal forma de promover no estado de Rondônia o desenvolvimento regional é conhecer e apoiar nossas vocações internas e aproximar dos estados de fronteira como o Amazonas, o Acre e o Mato Grosso, desenvolvendo projetos, programas e propostas de alinhamento dos PPA para os investimentos e acordos possíveis de promoção dos nossos produtos e serviços para o Brasil e para o mundo.

Uma política de desenvolvimento regional, com atenção às peculiaridades de cada município e respeito à autonomia destes, deve ser uma prioridade do Governo, somando a articulação com o **CONSORCIO INTERESTADUAL DA AMAZONIA BRASILEIRA onde Rondônia é signatária.**

1. Articular com todos os prefeitos para criação de programas de geração de empregos, renda e oportunidades.

2. Garantir a conclusão de obras já em andamento, com eficiência e celeridade.

3. Parceria permanente com Municípios, como agentes regionais e locais de promoção do desenvolvimento.

4. Diagnosticar anualmente as regiões com menor índice de desenvolvimento no território estadual, para identificar formas de geração de empregos e oportunidades em conexão com as regiões de fronteiras geográficas, inclusive com a Bolívia.

III.III. ESTIMULAR A CULTURA DO EMPREENDEDORISMO

O Agir 36 ACREDITA no potencial humano do empreendedor seja urbano ou rural, por tanto em nosso governo essa é uma grande DIRETRIZ. Estaremos realizando em toda a malha e estrutura de governo ações e atividades que possam promover internamente (Estado) e na sociedade civil (terceiro setor) o estímulo ao empreendedorismo, incentivando a cultura empreendedora e reduzindo barreiras burocráticas, regulatórias e tributárias.

Para realizar essa ação que é estratégica no governo AGIR 36, estaremos em aliança com todos os serviços sociais autônomos, conhecido como sistema SS e com as federações patronais e o SEBRAE RO especificamente e com as universidades públicas e privadas que tenham o mesmo viés.

III.IV. GERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA

O governo AGIR 36 acredita que é ação de rotina do Estado promover todos os esforços para que os níveis atuais de produção, comercialização, atividade econômica no meio rural e urbano dos 52 municípios não caiam, ao contrário, possamos manter e elevar diminuindo inclusive a rotatividade da mão de obra nas empresas, criando novas oportunidades de primeiro emprego para os jovens e gerar oportunidades de empreendedorismo no campo da cultura, esportes, tecnologias com o jeito amazônico de ser, com o olho no futuro.

Investimentos públicos e privados nesse pensamento e nesse sentimento serão a tônica das principais secretarias de estado no governo AGIR 36, trazendo para o **CONSELHO DE GOVERNO** que se reunirá trimestralmente, junto com o CONDER (conselho de desenvolvimento) para as deliberações perenes de todas as nossas propostas como um esforço grandioso de crescimento do trabalho, do emprego e da distribuição do PIB para todas as famílias de Rondônia.

III.V. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Nossa grande Diretriz para o desenvolvimento de Rondônia certamente que passa por uma política de fortalecer a INFRAESTRUTURA e a LOGÍSTICA para que a produção, o transporte, o armazenamento, a circulação e a comercialização interna e externa dos nossos produtos sejam eficientes. Para tanto o governo AGIR 36 realizará diturnamente o melhor planejamento, aprimoramento de projetos e uma boa execução das obras de forma competente, regulação, com independência e transparência; financiamento com recursos públicos e/ou e modelagem cuidadosa dos setores, com investimento em infraestrutura utilizando dentro das regras jurídicas o sistema de PPP que será uma política de Estado.

III.VI. POLÍTICA AGRÍCOLA

O governo **AGIR 36** fará um redesenho da AGENCIA IDARON, da Autarquia Estadual EMATER RO e da secretaria de estado SEAGRI, de maneira a que esse importante ativo de 15 milhões de cabeças de gado bovino, nosso parque industrial de abate, nosso parque industrial de laticínios, e as cadeias produtivas consolidadas do agronegócio e as cadeias produtivas extrativistas minerais e vegetais entre outras caracterizadas em nosso plano como de ECONOMIA VERDE, possam garantir a manutenção de player regional do setor primário; para tanto os investimentos nessas pastas serão muito importantes, sendo que o mercado (empresas locais) serão também as parceiras de primeira hora.

Nossa premissa nessa política pública é que o setor primário é fundamental para a economia do Estado de Rondônia.

O governo **AGIR 36** também promoverá juntamente com os municípios de vocação para o extrativismo vegetal, como no caso das castanhas da Amazônia, PROGRAMAS DE APOIAMENTO e parcerias locais com entidades, empresas, prefeituras e cooperativas para o ativamento dessa atividade como cultura local de negócios.

III.VII. TURISMO RURAL, AMAZONIA VISUAL.

O governo **AGIR 36** tem nessa importante diretriz um objetivo criativo que é o de ao longo de 04 (quatro) anos, inserir RO no segmento do mercado global do turismo rural sustentável, com apelo a **AMAZONIA VISUAL**, onde além das visitas físicas e presenciais, possamos desenvolver com a iniciativa privada de empresas de alta tecnologia, projetos de filmagens de vídeos e curta metragens que possam por via de redes sociais, apresentar as belezas naturais e a história da Amazônia e de Rondônia para o mundo, com destaque ao Forte Príncipe da Beira, a vida ribeirinha dos nossos rios e cachoeiras, da vida rural com a produção de alimentos como vocação sagrada do nosso povo e outras iniciativas ligadas também ao conceito histórico e cultural como a Estrada de Ferro Madeira

Mamoré, um patrimônio imaterial, cultural e histórico ainda não explorado na capital, em Nova Mamoré, e em Guajrárimirim, sendo que uma aliança entre o governo do estado e essas prefeituras municipais será o tom de um projeto inovador.

IV. EDUCAÇÃO

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988:

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Do exposto deriva alguns conceitos básicos:

1. A educação é um direito de todos;
2. A educação é dever do Estado;
3. A educação é dever da família; e,
4. A educação deve ser fomentada pela sociedade

O governo AGIR 36 trabalhará com toda a rede pública de ensino o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo da pessoa para o exercício do trabalho, da produção, da participação ativa de cidadania; e a permanente qualificação para o trabalho.

De acordo com a Constituição Federal, toda a organização da educação pré-escolar, ensino fundamental, médio e superior, é de competência do Estado, e, os princípios que devem reger o sistema educacional estão previstos na íntegra nos Artigos 205 e 206 da Constituição Federal de 1988, sem exclusão, é claro, a leitura de textos complementares para o real entendimento à promoção da educação e o dever de como aplicar na prática esta modalidade de justificação social.

A Lei nº 9.394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, explica melhor o que está estabelecido na Constituição, isso é, quais os papéis esperados pela sociedade com relação à educação pré-escolar e ao ensino fundamental.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - Exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - Assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Baseado nessa premissa o governo AGIR 36 envidará todos os seus esforços técnicos, profissionais para a manutenção e a melhoria continuada das propostas pedagógicas de todo o sistema público, garantindo o pleno funcionamento desse sistema, dando aberturas para inovações que sejam ligadas as premissas do nosso jeito de governar, nesse sentido as parcerias com todas as prefeituras, empresas locais e regionais, centros de pesquisa, Univridades públicas e privadas dará a melhor garantia para que essa nossa diretriz possa ser real.

A seguir o AGIR 36 faz alguns apontamentos sobre a enfática e complexa legislação e formatação da aplicação dos recursos para a politica de educação que será, com certeza um dos pilares de sustentação do governo AGIR 36 e suas realizações.

O FUNDEB

A Educação Básica é mantida principalmente: pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

O FUNDEB é um fundo que cada unidade da federação tem o seu. O fundo é abastecido por uma porcentagem vinculada de uma cesta de impostos pagos pelos contribuintes. É um dinheiro, portanto, que não depende de decisões do executivo, pois é vinculado no momento arrecadação dos impostos. Dentro do estado, os recursos desse fundo são igualmente distribuídos entre as redes de ensino conforme o número de alunos matriculados. Anualmente, o governo federal define um valor mínimo obrigatório por aluno, com base na projeção da arrecadação. Se um estado não atinge esse mínimo com a arrecadação própria, a União complementa o valor. Do total dos recursos do FUNDEB, 60% devem ser destinados exclusivamente para o pagamento dos profissionais do magistério da educação básica; os 40% restantes podem financiar, por exemplo, o aperfeiçoamento dos demais profissionais da Educação, sendo alcançados, portanto, os profissionais da educação básica que atuam no âmbito do respectivo sistema de ensino (estadual ou municipal).

O FUNDEB terá vigência até 2020, não se sabe qual será o destino do financiamento da educação, portanto, qualquer governo que tenha compromisso com a educação de seu povo deve cuidar, no âmbito local, para que haja a garantia da continuidade de todo o sistema.

OUTROS PROGRAMAS:

Além dos fundos acima mencionados o governo federal também financia programas nacionais para as escolas públicas de educação básica, tais como:

1. Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE;
2. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
3. Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE;
4. Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE;
5. Programa Nacional de Saúde no Escolar – PNSE;
6. Programa Nacional do Livro Didático – PNLD.

Todos esses programas, construção nacional de uma política nacional de educação no Brasil, onde vários especialistas puderam dar a sua contribuição, será ampliado em Rondônia, por nosso governo **AGIR 36** e nossa forma de pensar e trabalhar, sendo que toda a equipe da SEDUC e sua rede de representações em todos os municípios estará diturnamente orientada para a melhoria e a eficiência dessa política, de maneira que os resultados seja o desenvolvimento de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e, para a implantação de escolas militares nos 52 (cinquenta e dois) municípios.

NOSSAS PRIMEIRAS PROPOSTAS PARA A ALE-RO

Com um amplo diagnóstico que o **AGIR 36** realizará no momento da transição de gestão, período de novembro a dezembro desse ano (2022), apresentaremos nossa proposta consolidada para a melhoria da educação em todo o estado de Rondônia, suscitando desde ali o ideal de unidade de propósitos com os 52 prefeitos – será uma ampla repactuação com todos os responsáveis pela Educação no âmbito do Estado de Rondônia (estaduais e municipais).

Ao longo dos dois primeiros meses de 2023 quando os parlamentares do Poder Legislativo de Rondônia, os representantes do povo, tomarem posse e se instalarem em seus postos para a nova legislatura, a equipe de governo **AGRIR 36**, preparará suas primeiras propostas que serão encaminhadas, dentro dos prazos legais e regimentais, de acordo com o ritual e o protocolo que o Estado permite e requer, suas **PROPOSTAS** mais imediatas, requerendo da **CASA DE LEIS** a anuência para o início das efetivas mudanças no jeito de governar.

O nosso jeito AGRIR 36 de governar com as parcerias e as alianças mais amplas para o real desenvolvimento do estado de Rondônia.

Este pacto terá como cerne que é sim possível solucionar todos os problemas, mas buscando-se atender aqueles entendidos como mais graves ou estratégicos, contemplando:

1. Restabelecer a autoridade do professor em sala de aula e a perfeita coordenação e gestão escolar dos seus diretores e supervisores

2. O Estado vai garantir a segurança escolar;
3. Contratar novos professores efetivos;
4. Contratar profissionais da área de assistência social e psicologia;
5. Criação de um Programa estadual de valorização profissional do educador estadual;
6. Implantar as escolas militares nos 52 municípios;
7. Universalizar as ações do PROERD direcionando sua gestão e autonomia para o Comando Geral da PM do estado de Rondônia;
8. Implantar a **UNIVERSIDADE ABERTA MARECHAL RONDON** com ensino publico em AEB;
9. Criar disciplinas curriculares de empreendedorismo rural e urbano e de matematica financeira e ensino de economia domestica como materia escolar complementar; e,
10. Programa de esporte, cultura e lazer para os idosos dentro das escolas nos finais de semana como ação integrativa, onde os alunos interessdos participação como voluntários.

V. POLITICA PÚBLICA DE SAÚDE

Para cumprir fielmente todos os preceitos da nossa **Constituição Federal de 1.988** em relação a politica pública de saúde, seria necessário muito mais do que atualmente os governo vem realizando, para tanto é bastante observar o ano de 2020 quando chegou a pademia mundial de COVID 19 e demonstrou nossas inumeras fragilidaes.

A pandemia mundial serviu como um verdadeiro divisor de águas, chamando os gestores públicos e todos os profissionais de saude pública e tam bém privados para uma realidade de possivel melhoria do planejamento e dos corretos investimentos em combater causas que agridem a saude pública nas cidades. Sendo que vários fatores externos e que não são do poder de solução desses, estão na propria sociedade. Devemos interagir mais com todos para que as soluções possam surgir com mais facilidade e rapidez.

O jeito AGIR 36 de trabalhar nos diz que os conselhos municipais e estadual de saúde precisa de oxigenar e de ampliar cadeias, envolvendo além de

servidores públicos e gestores capacitados no sistema unico de saude, de empresarios, outros profissionais, organizações do terceiro setor, OAB, sindicatos e conselhos entre outros, de maneira que haja uma ideia geral de que problemas de saude pública não são apenas de operadores do sistema de saude, mas de todos os membros da sociedade.

Aqui estamos falando de somar conhecimentos e dividir responsabilidades para o enfrentamento desses casos, como está sendo a pandemia mundial de COVID 19 e seus desdobramentos sociais, politicos, economicos e sanitários.

Uma das inumeras questões que o assunto cmporta é seguramente o financiamento do SUS pelo Governo Federal que não aumentou significativamente, é crescente a participação dos estados e municípios, que hoje financiam mais de 50% dos gastos com saúde pública. Mas mesmo com essa participação, os recursos públicos não são suficientes para honrar todos estes desafios.

Baseado nessa premissa vimos por exemplo ao longo do ano de 2020 a quantidade de recursos públicos da União injetados em plena emergência nos estados e nos municípios, onde há burocracias e ausencia de um efetivo treinaentos para lidar com a pressão das necessárias tomadas de decisão rápida. O que vimos foi entre fevereiro e junho daquele ano (2020) nosso despreparo para esses casos, o que chamou a nos do AGIR 36 a atenção.

Para esse enfrentamento é preciso que o governo de Rondônia realize um esforço para o alinhamento das forças locais, representações de entidades do terceiro setor, empresários interessados, profissionais não do setor público, mas operadores da saude privada e profissionais pesquisadores e outros especialistas integrem um **COMITÊ PERMANENTE DE CRISES DE SAUDE como inteligência estadual , produzindo planos de ação imediata para cenários de endemias e pandemias que possam ocorrer.**

Essa é a forma estratégica de pensar e de trabalhar do AGIR 36.

O fortalecimento da atenção a saúde será a permanente prioridade do governo na área da saúde.

VI. SEGURANÇA PÚBLICA

Situações nacionais, em especial no sudeste e centro geográfico do Brasil nos últimos 20 anos trouxeram ao norte (Amazônia) e outras paragens os temores em relação à violência, - violência e criminalidade crescentes - têm assolado nossas cidades, levando o medo e a divisão social em castas que aparentemente convivem, mas na verdade se temem, o que gera empoderamento para o submundo – para os criminosos.

A redução dos níveis de violência e da criminalidade nos 52 municípios de nossa amada Rondônia será para o governo AGIR 36 uma das nossas maiores prioridades.

Buscar solução de maneira inteligente para minimizar e evitar a ocorrência de delitos; lançando mão de forte treinamento da corporação e do sistema de investigação e de proteção nas cidades e no campo, para isso inclusive elevando o efetivo do nosso contingente.

DIRETRIZES:

- 1) Atuar de forma eficaz nas áreas mais críticas dos centros urbanos, nos quais o foco seja a prevenção da violência, especialmente entre jovens.
- 2) Prevenir e reprimir o crescimento das organizações criminais dentro das unidades prisionais.
- 3) Criar um programa de treinamento e capacitação continuada modelo para os policiais e agentes penitenciários e para os profissionais da rede de reeducação de jovens em conflito com a lei.
- 4) Criar programa estadual de valorização, apoio, aperfeiçoamento e qualificação de policiais e agentes penitenciários e dos demais integrantes dos sistemas de segurança pública.
- 5) Ampliar o Fundo de Valorização da Segurança e do sistema penitenciário,

para apoio aos policiais civis, militares e agentes penitenciários.

- 6) Trazer para RO um novo modelo de gestão prisional.
- 7) Fomentar e padronizar os serviços de inteligência nas polícias e sistema penitenciário.
- 8) Criar o sistema digital de emissão de documentos e participar do BANCO DE DNA nacional.
- 9) Criar no âmbito estadual uma Comissão Especializada em Combate à Corrupção, Lavagem de Dinheiro e Crime Organizado;

VII - Sustentabilidade economica, ambiental e social.

Rondônia caminha para sua quinta década como Unidade da Federação no Brasil, uma república de menos de 200 anos, e um país com mais de 500 anos de história. É realmente de suma importância que os gestores públicos eleitos pelo povo sejam fiadores da continuidade de sucesso de resultados práticos para todas as famílias que aqui estão baseadas.

Somos atualmente mais de 1,6 milhões de habitantes, com histórias de vida enraizadas e com sonhos e perspectivas de futuro para os netos e os bisnetos.

O jeito de pensar e governar do AGIR 36 guarda alinhamento de propósitos com a família, as tradições humanas, nossa fé, nossa unidade como cristãos, como seres humanos inteligentes, produtivos e consignados pelos sentimentos de lugar e de progresso.

Os conceitos acadêmicos de desenvolvimento sustentável por exemplo estão nas agendas nacionais desde 1992 com a realização da ECO-RIO-92 e desde essa época vemos muitas normas e legislação que regulamenta a produção agropecuária no país e muito especialmente para os estados da Amazônia brasileira.

Para tanto, o estado de Rondônia, com todos os seus entes que o compõem: o Estado (Assembleia legislativa, Poder Judiciário e Poder executivo em todas as suas instâncias), as empresas (mercado) e os trabalhadores e também as organizações do terceiro setor precisa em um sistema de governança e transparência, dentro das possibilidades que as leis permitem, e, se houver entraves, propor as mudanças inclusive nas leis, realizar um acompanhamento trimestral das metas de desenvolvimento criativo, integrado e sustentável de Rondônia, dentro deste PLANO DE DIRETRIZES de GOVERNO e do planejamento estratégico da produção econômica das empresas e

dentro das várias necessidades sociais conhecidas.

Uma das ações mais importantes diz respeito ao desenvolvimento de atividades de exploração vegetal, mineral, de transportes urbanos e rurais nas principais cidades de Rondônia, resguardando sempre as vocações identificadas em vários planos e diagnósticos como o PLANAFLORO, o PDS em alinhamento com as diversas pesquisas e diagnósticos do ambiente privado, das universidades e do SEBRAE que detem numeros, planos de negócios e planos de trabalho local para o desenvolvimento sustentável de produtos e de serviços.

Os candidatos do partido **AGIR 36** defendem por tanto a potencialidade dessa exploração vegetal e mineral, criando, dentro da lei, e nas possibilidades sustentáveis que empresas, cooperativas e grupos locais e regionais de empresários possam desenvolver seus planos de negócios para o perfeito aproveitamento de nossas riquezas da bioeconomia e certamente, dentro das práticas sustentáveis, gerando oportunidades de trabalho, emprego, renda e sustentabilidade social, ambiental e econômica para 20 mil famílias que encontram-se a margem da produção, em decorrência de entraves burocráticos do próprio governo federal (IBAMA) e do poder executivo estadual (SEDAM).

01 – Criar o Instituto de Terras de Rondônia

02 – Criar o GRUPO DE TRABALHO para a desoneração das atividades de exploração vegetal e de mineração

03 – Criar o **CENTRO PUBLICO DE GERAÇÃO DE NEGÓCIOS RURAIS** em parceria com todos os municípios e as federações patronais

04 – Criar na capital de Rondônia o Centro de atendimento aos projetos públicos e privados (SEPOG) em parceria com a AROM e as federações patronais, de trabalhadores e o SEBRAE para a elaboração e a implantação dos Planos de Negócios e Desenvolvimento Local de acordo com as vocações de cada município e microrregião

05 – Ampliar a atuação do BANCO DO POVO em todo o estado.

Antenado com esse cenário e levando em conta o histórico dos últimos 12 anos em que Rondônia tem elevado consideravelmente sua capacidade de produção e comercialização dos seus ativos do setor primário, como é o caso da carne, do leite, dos grãos, em especial a soja e o milho, e, ainda com relação a piscicultura e outros produtos regionais minerais e animais; trazemos conosco a maior de nossas Diretrizes para um bom governo:

Promover de forma institucional, concentrada e organizada, com

a sociedade civil, o pensamento acadêmico, as organizações empresariais e o povo de Rondônia, o nosso jeito de desenvolver a economia verde com sustentabilidade ambiental, social e econômica, produzindo alimento seguro para o mercado interno e o mercado externo.

Acreditamos que essa diretriz ou macro-diretriz poderá garantir em médio e longo prazos os níveis de sustentação econômica de Rondônia e gerar oportunidades de trabalho e renda no campo e nas cidades.

Comendador Valclei Queiroz
Candidato a Governador

MILENE CRISTIANE DA SILVA BARRETO
Candidata a Vice-Governadora